

se articular com as secretarias estaduais que integram o Conselho, construir propostas sólidas de emprego e renda e ampliar a atuação do conselho para temas diversos, como desemprego, inclusão de jovens aprendizes e ações voltadas à população em situação de rua, como a pesquisa prevista na emenda do senador Romário. A proposta que o conselheiro/presidente Cláudio vem articulando segue nessa direção. Seria importante que todos os conselheiros tivessem acesso às diretrizes já discutidas para aprofundarmos esse debate e avançarmos com protagonismo. O Sr. Edmundo relata que para que isso aconteça é necessário retomar a estrutura do CETER, que ao longo dos anos foi removida diante de diversas trocas de gestão na secretaria de trabalho e renda. E que a nova filosofia proposta requer uma capacitação dos conselheiros. O conselheiro Antônio Jorge toma a palavra, reforçando um ponto importante, a partir do que foi colocado pelo conselheiro Carlos Lima. Quando o CETERJ aprova políticas públicas, especialmente aquelas que envolvem repasses significativos de recursos federais ou estaduais, o conselho assume, coletivamente, uma responsabilidade institucional sobre sua execução. A aprovação não pode ser encarada como um ato meramente formal. Precisando acompanhar a aplicação desses recursos, fiscalizar a implementação das ações e verificar se os projetos aprovados estão realmente sendo executados e beneficiando a população como previsto. Portanto, é essencial que o CETERJ se organize para monitorar de forma sistemática o que está sendo feito com os recursos que estão sendo aprovados no conselho. Precisa-se discutir como será feito esse acompanhamento e definir mecanismos para garantir a transparência e a efetividade das ações que têm o aval do conselho. O presidente no uso da palavra questiona o representante da SETRAB sobre a participação do conselho na elaboração e a necessidade de discutir políticas públicas estruturadas para emprego, renda e trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Contudo, em todos esses anos, nunca foi apresentado do governo um plano estratégico claro sobre o que o Estado pretende realizar nessas áreas nos próximos anos. Sendo isso é uma obrigação do conselho, prevista em lei, que determina nossa competência para gerir o Fundo de Trabalho e deliberar sobre a política local de emprego, alinhada à política nacional. No entanto, até hoje, as decisões sobre repasses e planos de ação têm sido fragmentadas, sem um planejamento consolidado. Essa ausência compromete a continuidade, enfraquece o papel do Conselho, dificulta a articulação intersetorial e reduz a capacidade do Estado de captar recursos federais, como os do FAT. Disse que a bancada laboral vem cobrando e se manifestou sobre o assunto. Após fez a leitura da manifestação da bancada dos trabalhadores que reflete essa preocupação: “a falta de uma política estadual aprovada impede a apresentação proativa de projetos e prejudica o alinhamento com o planejamento nacional. Portanto, propomos uma cobrança formal à Secretaria de Trabalho e Renda para que apresente ao conselho o planejamento estratégico estadual para emprego, renda e trabalho, com diretrizes, objetivos, metas plurianuais, estratégias de captação de recursos e observância aos princípios do trabalho decente, equidade, desenvolvimento regional e controle social. Sem esse documento, não podemos debater de forma efetiva nem cumprir nossa função de forma plena. Precisamos avançar para um novo momento, no qual o Conselho deixe de ser um mero aprovador de propostas fragmentadas e passe a atuar como protagonista na formulação e fiscalização das políticas públicas de emprego e renda no Estado.” Alex Bolsa, solicita a palavra, informando que o conselho já tem a capacidade de deliberar os planos de ação e serviços. Quando se solicita formalmente à SETRAB que elabore esse plano - como temos feito anualmente -, o que está sendo proposto é que, enquanto conselheiros, sejamos incluídos na fase de discussão desde o início. Neste ano, como já se encontra na metade do exercício, esse planejamento provavelmente já está finalizado. Então sua sugestão é: se houver uma abertura administrativa, poderíamos receber o documento para incluir eventuais contribuições do conselho. E, caso não haja essa abertura, poderíamos atuar de forma colaborativa, iniciando agora a construção conjunta do novo plano que será enviado à Secretaria de Governo do Estado, e se colocou como parceiro dessa iniciativa. O Dr. Fabrício Barreto pede a palavra, fazendo sua breve apresentação, representando como suplente o Alexandre Prado. Destacou que a Secretaria de Trabalho e Renda vem se empenhando em cumprir estritamente a maioria das demandas pautadas no conselho, e que existem ainda em andamento algumas pendências como o PPA, mas elas são responsabilidades da secretaria. O presidente reforçou que a secretaria tem sido parceira e tem valorizado o conselho, onde já disponibilizou uma sala para uso. O Sr. Munhoz complementou o que foi dito, e reforçou que, muitas vezes, os projetos e propostas chegam “em cima da hora” para aprovação - o que não é ideal. Mesmo tendo um grande diferencial, como a Cláudia na parte técnica fazendo apresentações sempre claras e precisas. Porém, elas costumam ocorrer no último momento, e o objetivo é mudar esse cenário. Sua sugestão é que se estabeleça um cronograma com antecedência definida. Cláudia solicita a parte, informando que uma questão que se observa, é que o governo federal encaminha, muitas das vezes, um prazo quase inexequível de se executar, tanto que outros estados deixam de fazer, porém o estado do Rio é um dos poucos que apresentou plano de ação de serviço e prestação de contas de todos os blocos de serviços. E nos outros estados de liberação, raramente isso acontece. Parece fácil chegar à fase aqui de proposição, mas tem uma série de doutrinas, resoluções, burocracias, o Fabrício acompanha com juntamente, o quão trabalhoso, e envolve a questão orçamentária, financeira, a questão de observância das mudanças de desenvolvimento interno, de consultas unidades, ou seja, tem uma mobilização nos bastidores, que não fica às vezes, tão clara. Então, de verdade, a secretaria faz com celeridade o trabalho, porque entende que tem uma importância fundamental. ITEM 06 - Utilização da Plataforma Transferegov - O presidente explica que a maioria dos conselheiros não sabem utilizar, e se quer a existência da plataforma. Mas que agora, devido a atividade mais efetiva da secretaria e do conselho, passará a circular verbas, que serão utilizadas de uma forma mais efetiva. E o conselho tem uma responsabilidade muito grande sobre isso, sendo de todos a responsabilidade do conhecimento do acesso a plataforma. O presidente pediu uma breve explicação ao Sr. Carlos Lima, por entender que ele, dentre os conselheiros tem mais experiência com a plataforma. Carlos Lima fez uma breve explicação sobre o que ele entende sobre a plataforma. Informou ainda, ser de responsabilidade do conselho a fiscalização do uso desse recurso. Em geral, os conselheiros não têm recebido capacitação adequada para acompanhar a execução dos programas e o uso dos recursos. Embora atuem na aprovação da prestação de contas - analisando extratos bancários do Fundo do Trabalho e validando sua conformidade -, ainda não exercem um monitoramento contínuo durante as fases de execução. Esse acompanhamento sistemático é fundamental para garantir transparência e efetividade no uso dos recursos públicos. Diante da relevância do tema, o presidente solicitou à Secretaria - durante reunião anterior com o subsecretário Alexandre Prado - a qualificação dos conselheiros na plataforma. Obtendo o retorno pela secretária executiva, Leticia Braga, foi informada que ao entrar em contato com a responsável da área técnica para a referida capacitação, lhe foi disponibilizada algumas datas para ministrarão da capacitação (online), de acordo com a disponibilidade dos conselheiros. Ficando acordada a data do dia dez de julho, online, das 9h às 12h, com o link e a confirmação a serem encaminhados. ITEM 07 - Remanejamento unidade SINE Rocinha - Dada a palavra a Cláudia Cunha, representante da SETRAB, que apresentou sobre o item de pauta, informou se tratar de um espaço cedido pela SUDERJ, oficialmente, para a secretaria remanejar a unidade da rocinha que fica dentro da comunidade. Essa desmobilização de um lugar para o outro, entende-se que o lugar atual não consegue ter um atendimento avançado, nem atender a população aos redores por se trata de um território com essas características, devendo-se pensar nos impactos. Foi informado por Cláudia, que não haverá despesas com esse remanejamento. Ficando assim para a próxima reunião a apresentação do acordo com a devida documentação. ITEM 08 - Proposta abertura / reativação SINE ZONA SUL - LEBLON. Continuando sua explicação, Cláudia Cunha, informa que a unidade da Zona Sul é uma sala que estava desocupada e que a Secretaria solicitou a cessão do espaço, sendo sem custo. A arquiteta já esteve no local, fez uma planta baixa e o que está faltando agora é correr com as adequações para formalização da unidade. O Sr. Yamagata pediu a palavra para fazer alguns comentários sobre o item. ITEM 09 - Assuntos Gerais. Exaurido os itens de pauta, foi passada a palavra para a secretária executiva para que fossem dados os informes. A Sra. Leticia Braga, informou que os crachás de identificação dos conselheiros ficaram prontos e foram entregues aos presentes, que assinaram um termo de responsabilidade. ENCERRAMENTO. E não havendo nada mais a ser discutido, o presidente encerrou a reunião. E para constar, eu, Leticia Pereira Braga, Secretária-Executiva do CETER/RJ, lavrei a presente ata, que será assinada também pelo Presidente. Processo nº SEI-400001/879/2025.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2025

LETÍCIA PEREIRA BRAGA
Secretária Executiva

Cláudio Fernandes Rocha
Presidente do CETER/RJ

Id: 267/0025

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CETER/RJ

DATA: 31 de julho de 2025.

FORMATO: Semipresencial.

PARTICIPANTES: Carlos Alberto Oliveira Lima (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil no Estado do Rio de Janeiro - CTB); André Gustavo Guimarães da Cunha (Força Sindical); Edson Munhoz Filho (Central Única dos Trabalhadores - CUT); Luiz Edmundo Quintanilha de Barros (Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST-RJ); Claudio Fernandes Rocha (União Geral dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro - UGT); Antônio Jorge Gomes (CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros); Cláudia Mª. Beatriz S. Duranti (ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro); Sérgio Kunio Yamagata (FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro); Natan Schiper (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro - FECOMERCIO); Karine Moreira Garcia (Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro - SEMOVE); Alessandra da Conceição Vieira Seródio Piperno (Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro - F A E R J); Oswaldo Munaro Filho (Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do rio de Janeiro FEHERJ); Alex Bolsas (Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro SRT- RJ); Alexandre Prado (Secretaria de Estado de Trabalho e Renda- SETRAB); Vínicius Miranda Tallarida Serra (Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC). Suplentes presentes: Maria Rita Catonio Barbosa (FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro); Renata Alexandrino Reis (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro - FECOMÉRCIO); Convidados: Cláudia Cunha (SETRAB) e Marcos (Comissão do Trabalho da Alerj).

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte cinco, às 14:17h, na Secretaria Estadual de Trabalho e Renda - SETRAB, verificado o alcance do quórum mínimo, sob a presidência do conselheiro Cláudio Fernandes Rocha, teve início a centésima quinquagésima nona reunião ordinária do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda - CETER/RJ, com o seguinte ponto de pauta: ITEM 01 - Abertura da 159ª Reunião Ordinária do CETER/RJ; ITEM 02 - Aprovação ata da 158ª Reunião Ordinária; ITEM 03 - Apresentação de propostas para o piso 2026. ITEM 04 - Apresentação minuta do PAS 2025 referente ao Bloco de Gestão e Manutenção REDE SINE; ITEM 05 - Remanejamento SINE Miracema; ITEM 06 - Remanejamento SINE Rocinha; ITEM 07 - Abertura SINE LEBLON; ITEM 08 - Assuntos Gerais. ITEM 01 - Abertura da 159ª Reunião Ordinária do CETER/RJ - O presidente iniciou agradecendo a presença de todos e o alcance do quórum, dando início à 159ª Reunião Ordinária do CETER/RJ. Saudou cordialmente os participantes, tanto os que estavam presentes quanto os conectados virtualmente. Na sequência, declarou oficialmente aberta a reunião. ITEM 02 - Aprovação ata da 158ª Reunião Ordinária - Dando seguimento à pauta, o presidente submeteu à apreciação a ata da 158ª Reunião Ordinária do CETER/RJ, a qual foi enviada a todos por e-mail antecipadamente pela secretária executiva. A conselheira Cláudia Duranti pede a palavra informando ter encaminhado, no exato momento, ao e-mail do conselho sua declaração/manifestação de voto sobre o item 04 da 158ª reunião ordinária, a qual foi lida pelo presidente para a ciência de todos os presentes. O presidente Cláudio Rocha esclareceu sobre a manifestação da conselheira, na qual estava sendo realizada o procedimento devido, e que não houve um entendimento adequado mas que a resolução estava sendo encaminhada com numeração, assinatura e data atualizada e corrigida. Ressaltou-se que essa mesma resolução ainda não foi publicada, pois aguarda a análise e o parecer da assessoria jurídica da SETRAB. Cláudia Duranti no uso da palavra manifesta-se que tendo em vista as adoções de suas observações e os procedimentos cabíveis, retira sua declaração de manifestação. A ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, sem mais quaisquer observações e retificações a serem realizadas. Em seguida, o presidente antes de dar prosseguimento a pauta antecipo um comunicado importante sobre a indicação de 02 (dois) conselheiros para participar de uma capacitação para conselheiros, que será uma parceria do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego com DIEESE - Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socioeconômicos, sendo necessário a indicação de representantes da sociedade civil (bancada dos trabalhadores e dos empregadores), preferencialmente um de cada sexo (masculino e feminino). Sendo assim, como a composição da bancada dos trabalhadores ser composta majoritariamente masculina a indicação foi do sexo masculino, representado pelo conselheiro André Cunha. O presidente, em seguida, convida a bancada dos empregadores a apresentar sua manifestação de representação. A bancada manifestou-se pela sugestão da conselheira Cláudia Duranti como a representante da bancada, e a mesma não teve objeção. ITEM 03 - Apresentação de propostas para o piso 2026 - Passando ao item 3 da pauta, o presidente informou que, conforme sugerido na reunião anterior, as bancadas apresentariam suas propostas para subsidiar a discussão da proposta consensual, bem como os encaminhamentos necessários para viabilizar o encaminhamento legal do piso para 2026 dentro do prazo estipulado. O presidente Sr. Cláudio Rocha, também representante da bancada dos trabalhadores, informa que a bancada está encaminhando sua proposta, mantendo a mesma proposta para piso 2025. O conselheiro Sérgio Yamagata manifestou-se informando que infelizmente a bancada patronal não obteve sucesso na elaboração de uma proposta devido a diversos compromissos de seus representantes. Ficando acordado que sua suplente, a Sra. Maria Rita, tentará articular com os demais representantes a elaboração de uma proposta. O Conselheiro Oswaldo Munaro, da Federação dos Hospitais, solicitou a palavra, para manifestar que, como já foi bem esclarecido uma vez pelo representante da FECOMERCIO, Sr. Natan Schiper, cada um dos participantes da bancada patronal tem a sua particularidade e necessidade, por isso as propostas são diferenciadas. A Federação dos Hospitais entende que a Lei do piso Regional deve sofrer uma reformatação para que seja estruturalmente coerente, somente formada por categoria ou cargos, portanto, sugere que cada entidade patronal indique o valor correspondente à sua atividade econômica, que no caso da saúde seria o valor de R\$1.652,00. Todavia, não havendo este consenso, pode ser negociado um valor para cargos, desde que se faça um estudo de impacto nos diversos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a diversidade de valores praticados, notadamente nos estabelecimentos de serviços de saúde. O presidente reafirmou que não seria um debate nesta reunião, apenas a apresentação das propostas a serem discutidas posteriormente. Não havendo mais manifestações por parte dos demais da bancada patronal passasse para o próximo item. ITEM 04 - Apresentação minuta do PAS 2025 referente ao Bloco de Gestão e Manutenção REDE SINE - Foi dada a palavra para Cláudia Cunha, servidora técnica responsável pela apresentação da minuta, ao qual foi projetado documentos comprobatórios utilizados na elaboração do PAS - Plano de Ações e Serviços. Primeiro despacho a ser projetado, demonstrando os entes da federação que foram contemplados na distribuição de recursos para o bloco de ações e serviços da rede SINE, o qual consta o estado do Rio de Janeiro. O segundo despacho relata os valores financeiros que faz jus ao PAS, Cláudia informou ainda que em reunião com o Ministério foi passado a existência de cinco critérios/metodologias a serem abordados, após um estudo realizado pelo DIESE, que estabeleçam para poderá a utilização de recursos. Dito isto, Cláudia continua a explicação dos trâmites formais e da cronologia que a secretária tem que se adequar quanto aos prazos a serem cumpridos. Retificou que não se trata de novo plano e sim de um termo aditivo, onde foi aprovado um plano em 2023, aditivado em 2024 e novamente em 2025 e que seria mantido a contrapartida de 2%. Informou que a atual situação do termo está na alocação e distribuição de recursos, considerando as condições orçamentárias do Estado. Devido ao prazo para o encaminhamento do plano e cadastro na plataforma Transferegov, e o seu status atual, Cláudia solicita que seja realizada uma reunião extraordinária com o objetivo de discussão, deliberação e aprovação do termo que foi previamente apresentado. Diante do prazo informado, o

presidente propõe a data do dia 11 de agosto, às14h de forma híbrida, o que foi acatado pelos demais conselheiros sem objeções. O presidente solicita a presença de todos na reunião extraordinária, deixando como pauta a aprovação do PAS e a apresentação por parte da bancada patronal sua proposta. Cláudia Duranti pede a parte trazendo a reflexão aos conselheiros sobre a condução da fixação da lei estadual do piso. Informa a complexidade do modelo adotada do conselho, sendo um modelo muito ambicioso uma vez que se tenta fixar valores para todos os CBO existentes no Brasil. Com isso, sempre existirá uma federação que tentará defender um CBO que está abaixo se sua representação, o que torna um modelo muito difícil na busca de um consenso. Dada a composição do conselho que possui sua representatividade por três bancadas com interesses políticos distintos. O presidente retoma a palavra, informando que se o entendimento do modelo é outro pela bancada, que ao menos foi encaminhado ao conselho modelo que ao entendimento seja devido. E que o atual modelo foi fruto de deliberações das bancadas anteriormente. Materializando isso a condução do trabalho seja mais objetiva. ITEM 05 - Remanejamento SINE Miracema - Passada a palavra novamente para a Sr. Cláudia Cunha, que inicia a sua fala citando a ata na qual foi apresentada anteriormente o remanejamento do SINE Miracema e não localizada nos arquivos da antiga gestão da secretaria executiva. Cláudia apresenta novamente a motivação do remanejamento, dos critérios e checklist com as exigências cumpridas indicadas na portaria de nº 4.197, que está regularizado e formalizado em processo SEI. Dada a ratificação do remanejamento do SINE Miracema e sanada todas as explanações, o presidente coloca o item em votação que foi aprovado por unanimidade. Passa-se ao próximo item. ITEM 06 - Remanejamento SINE Rocinha - Projetado o checklist, Cláudia Cunha continua a explicação sobre o andamento do SINE Rocinha, informando que será uma alteração de endereço para melhor atender a localidade e ao em torno. Trata-se de uma consulta prévia a alteração que já está em processo de formalização. Não havendo nenhuma manifestação contrária ao remanejamento, o presidente segue para o próximo assunto em pauta. ITEM 07 - Abertura SINE LEBLON - Cláudia informa que, tratar-se de um imóvel próprio do governo, que será feito um termo de cessão. E que está na fase de adequação do espaço físico para acessibilidade. Seria um informe ao conselho sobre a unidade, que a maior dificuldade do momento seria a viabilidade de custeio e as adaptações de acessibilidade. ITEM 08 - Assuntos Gerais - O presidente informa que os relatórios das visitas técnicas realizadas, uma pelo MTE referente a emenda parlamentar do bloco de assessoramento estatístico e relatório preliminar da auditoria da CGU foram recebidos e encaminhados por e-mail a todos os conselheiros para ciência e manifestação. Outro informe dado é sobre a Conferência Nacional do trabalho que ocorrerá no final do ano. Uma portaria do ministério deliberado no FONSET, sobre a ciência da secretaria sobre a organização da conferência e demais providências. ENCERRAMENTO. E não havendo nada mais a ser discutido, o presidente encerrou a reunião. E para constar, eu, Leticia Pereira Braga, Secretária-Executiva do CETER/RJ, lavrei a presente ata, que será assinada também pelo Presidente. Processo nº SEI-400001/879/2025.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2025

LETÍCIA PEREIRA BRAGA
Secretária Executiva

CLÁUDIO FERNANDES ROCHA
Presidente do CETER/RJ

Id: 2670026

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CETER/RJ

DATA: 11 de agosto de 2025.

FORMATO: Híbrido.

PARTICIPANTES: Carlos Alberto Oliveira Lima (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil no Estado do Rio de Janeiro - CTB); André Gustavo Guimarães da Cunha (Força Sindical); Edson Munhoz Filho (Central Única dos Trabalhadores - CUT); Luiz Edmundo Quintanilha de Barros (Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST-RJ); Claudio Fernandes Rocha (União Geral dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro - UGT); Antônio Jorge Gomes (CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros); Sérgio Kunio Yamagata (FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro); Renata Alexandrino Reis (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro - FECOMÉRCIO); Alessandra da Conceição Vieira Seródio Piperno (Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro - F A E R J); Oswaldo Munaro Filho (Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do rio de Janeiro FEHERJ); Alex Bolsas (Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro SRT- RJ); Alexandre Prado (Secretaria de Estado de Trabalho e Renda- SETRAB); Verônica Pinheiro da Cunha (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA). Suplentes presentes: Ricardo Leite Ribeiro (Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro SRT- RJ); Convidados: Cláudia Cunha (SETRAB) e Mauro Guerra (SETRAB). Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte cinco, às 14:21h, na Secretaria Estadual de Trabalho e Renda - SETRAB, verificado o alcance do quórum mínimo, sob a presidência do conselheiro Cláudio Fernandes Rocha, teve início a quinquagésima primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda - CETER/RJ, com o seguinte ponto de pauta: ITEM 01 - Abertura da 51ª Reunião Extraordinária. ITEM 02 - Aprovação ata da 159ª Reunião Ordinária do CETER/RJ; ITEM 03 - Apresentação e aprovação do PAS 2025 referente ao Bloco de Gestão e Manutenção REDE SINE; ITEM 04 - Apresentação da proposta do piso 2026 - Patronal; ITEM 05 - Assuntos Gerais. ITEM 01 - Abertura da 51ª Reunião Extraordinária: O presidente Cláudio Fernandes Rocha, no uso da palavra cumprimentando a todos, declara aberta a 51ª reunião extraordinária. ITEM 02 - Aprovação ata da 159ª Reunião Ordinária do CETER/RJ. Aberta a reunião e verificado o quórum, o conselheiro e presidente Claudio Fernandes submeteu à votação a aprovação ata em questão. O conselheiro Oswaldo Munaro solicitou alteração na sua fala no ITEM 3 da respectiva ata. Realizada as alterações solicitadas, a ata foi aprovada por unanimidade. Passando para o próximo item em pauta. ITEM 03 - Apresentação e aprovação do PAS 2025 referente ao Bloco de Gestão e Manutenção REDE SINE. Dada a palavra para servidora Claudia Cunha que realizou a apresentação do PAS 2023 a 2025 em conjunto com servidor Mauro Guerra, detalhando os pontos de desenvolvimento do planejamento do PAS, em seus aspectos físico e financeiro respectivamente. Foi feita inicialmente a projeção das duas publicações do Diário Oficial da União que apresentam os entes da federação listados e os valores contemplados. Em seguida uma apresentação com o arcabouço legal que amparou a construção do referido plano, destacando que todo conteúdo base bem como a minuta do PAS foram encaminhados por e-mail e postado no grupo via whatsapp para análise e consultas eventuais. Deu-se início à apresentação da minuta do PAS propriamente dito, momento em que perguntas foram sanadas e debates realizados para compreensão e consenso. O presidente Claudio Fernandes solicitou esclarecimentos sobre a vigência e proposta de distribuição de recursos, o que foi prontamente esclarecido pelo superintendente Mauro Guerra e o subsecretário Alexandre Prado. Os conselheiros André Cunha e Carlos Lima fizeram considerações a respeito dos critérios de repasse de valores, o que foi complementado pela coordenadora Claudia Cunha, destacando a proposta dada pelo conselho de se estabelecer estudo e monitoramento dos fatores de repasse, baseados na construção de indicadores, o que seria feito pela SETRAB com acompanhamento do Conselho. Outro ponto destacado foi observado no item que trata das dificuldades de operação, item que faz parte do roteiro da portaria de nº 8.057 de 2020, e que foi detalhado e debatido em consenso com o conselho, que corroborou com os principais pontos listados. Concluída a apresentação e esgotadas as considerações e sanadas as perguntas foi colocada em votação a aprovação do PAS 2025 referente ao Bloco de Gestão e Manutenção REDE SINE, que foi aprovado por unanimidade nesta sessão. A coordenadora Claudia Cunha e o subsecretário Alexandre Prado ressaltaram que todo conteúdo de construção e encaminhamentos do PAS estão acessíveis também pelo processo SEI nº 400001/000799/2025. ITEM 04 - Apresentação da proposta do piso 2026 - Patronal. Após a exposição do conselheiro